



Simulado Especial

IBAMA

Cargo 1: Analista Administrativo

Pós- edital

Simulado

Simulado IBAMA (Analista Administrativo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Administrativo do IBAMA**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/TAbUyKz6fRbvX3sk8>

01 - CE	16 - CE	31 - CE	46 - CE	61 - CE	76 - CE	91 - CE	106 - CE
02 - CE	17 - CE	32 - CE	47 - CE	62 - CE	77 - CE	92 - CE	107 - CE
03 - CE	18 - CE	33 - CE	48 - CE	63 - CE	78 - CE	93 - CE	108 - CE
04 - CE	19 - CE	34 - CE	49 - CE	64 - CE	79 - CE	94 - CE	109 - CE
05 - CE	20 - CE	35 - CE	50 - CE	65 - CE	80 - CE	95 - CE	110 - CE
06 - CE	21 - CE	36 - CE	51 - CE	66 - CE	81 - CE	96 - CE	111 - CE
07 - CE	22 - CE	37 - CE	52 - CE	67 - CE	82 - CE	97 - CE	112 - CE
08 - CE	23 - CE	38 - CE	53 - CE	68 - CE	83 - CE	98 - CE	113 - CE
09 - CE	24 - CE	39 - CE	54 - CE	69 - CE	84 - CE	99 - CE	114 - CE
10 - CE	25 - CE	40 - CE	55 - CE	70 - CE	85 - CE	100 - CE	115 - CE
11 - CE	26 - CE	41 - CE	56 - CE	71 - CE	86 - CE	101 - CE	116 - CE
12 - CE	27 - CE	42 - CE	57 - CE	72 - CE	87 - CE	102 - CE	117 - CE
13 - CE	28 - CE	43 - CE	58 - CE	73 - CE	88 - CE	103 - CE	118 - CE
14 - CE	29 - CE	44 - CE	59 - CE	74 - CE	89 - CE	104 - CE	119 - CE
15 - CE	30 - CE	45 - CE	60 - CE	75 - CE	90 - CE	105 - CE	120 - CE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/qhJj>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***TEXTO**

Dizem que Dom João VI quando chegou à Bahia em 1808 foi logo mandando iluminar a cidade: era “para o inglês ver”. Outros dizem que a frase célebre data dos dias de proibição do tráfico de escravos, quando no Brasil se votavam leis menos para serem cumpridas do que para satisfazerem exigências britânicas. De qualquer modo, a frase ficou. E é bem característica da atitude de simulação ou fingimento do brasileiro, como também do português diante do estrangeiro. Principalmente diante do inglês, em 1808, não mais o herege nem o “bicho” que era preciso salpicar de água benta, para se receber dentro de casa, mas, ao contrário, criatura considerada, em muitos respeitos, superior.

Sob o olhar desse ente superior, o brasileiro do século XIX foi abandonando muitos de seus hábitos tradicionais – como o de dançar dentro das igrejas no dia de São Gonçalo, por exemplo – para adotar as maneiras, os estilos e o trem de vida da nova camada de europeus que foram se estabelecendo nas nossas cidades.

Em três séculos de relativa segregação do Brasil e da Europa não ibérica e, em certas regiões, de profunda especialização econômica e de intensa endogamia – em São Paulo, na Bahia, em Pernambuco – definira-se, ou pelo menos, esboçara-se um tipo brasileiro de homem, outro de mulher. Um tipo de senhor, outro de escravo. Mas também um meio termo: o mulato que vinha aos poucos desabrochando em bacharel, em padre, em doutor, o diploma acadêmico ou o título de capitão de milícias servindo-lhe de carta de branquidade.

No Brasil dos princípios do século XIX e fins do XVIII, a re-europeização se verificou pela assimilação, por parte de raros, pela imitação, da parte do maior número; e também por coação ou coerção, os ingleses, por exemplo, impondo à colônia portuguesa da América – através do Tratado de Methuen, quase colônia deles, Portugal só fazendo reinar politicamente sobre o Brasil – e mais tarde ao Império, uma série de atitudes morais e de padrões de vida que, espontaneamente, não teriam sido adotados pelos brasileiros.

A reconquista, porém, teve de seguir suas cautelas. De tomar suas precauções. Porque houve resistências, de ordem natural, umas, outras de ordem cultural. O clima, por exemplo, resistiu ao nórdico. E sob o favor do clima, a malária e a febre amarela agiram contra o europeu.

(FREYRE, G. O brasileiro e o europeu. In: FREYRE, G. Sobrados e mucambos. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 308-310. Adaptado).

Com base nas informações do texto, julgue os itens a seguir.

1. Segundo o texto, a presença de europeus trouxe mudanças significativas para o modo de vida de brasileiros.
2. De acordo com o texto, os portugueses eram vistos como inferiores pelos ingleses, como “o “bicho” que era preciso salpicar de água benta”.
3. Segundo o autor do texto, a relação entre portugueses e brasileiros era baseada em fingimento.
4. Depreende-se do texto que todo o processo de substituição de cultura ocorreu por assimilação, de forma natural, uma vez que o modo de vida tido como referência à época era o europeu.
5. O primeiro período do texto pode ser reescrito, mantendo a correção gramatical e a coerência, da seguinte forma: **Ouve-se que, ao chegar à Bahia, Dom João VI mandou iluminar as ruas: era “para o inglês ver”.**

Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens a seguir.

6. Em: “Sabe-se que as novas demandas de governo devem ser analisadas com cautela”, a oração introduzida pelo elemento “que” funciona como complemento do verbo “saber”.

7. O emprego do acento nas palavras “usuários” e “conteúdo” é motivado por regras distintas de acentuação gráfica.

8. Em “Ajuda destinada a pessoas carentes”, poderia ter sido empregado o sinal indicativo de crase em “a”, pois se trata de caso em que esse emprego é facultativo.

Com base nas orientações do Manual de Redação da Presidência da República (2008), julgue os itens a seguir.

9. Nas comunicações oficiais em que for utilizada a expressão “A Sua Excelência o Senhor” na parte do endereçamento, a forma de tratamento a ser utilizada no corpo do texto deve ser **Vossa Excelência**.

10. A concisão é um atributo das comunicações oficiais que diz respeito ao mínimo de informações que deverão estar contidas nos expedientes, a fim de evitar textos excessivamente longos.

NOÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

11. Inteligência artificial explicável (XAI) é um conjunto de processos e métodos que permite aos humanos entenderem e confiarem nos resultados e saídas criadas por algoritmos de aprendizado de máquina.

12. Segundo a Lei nº 12.527/2011, informação pessoal é aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado;

13. O respeito à privacidade e a autodeterminação informativa são dois dos princípios da LGPD.

14. O RAT é um ataque que simula as características de um Cavalo de Tróia e introduz um backdoor na máquina do usuário.

15. O Word possui uma ferramenta nativa que permite adicionar vídeos de sites como YouTube, Vimeo, SlideShare ou do seu próprio computador ao documento.

16. A função CONT.NUM, do Excel, retorna como resultado a quantidade de células preenchidas no intervalo de células passado como parâmetro.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

André Rocha

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Sobre a Lei nº 7.735/1989, que criou o Ibama, e a Lei nº 10.410/2002, que criou a carreira de Especialista em Meio Ambiente, julgue o item a seguir.

17. O Ibama é administrado por cinco Diretores e um Presidente, que é o Ministro de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Com base na Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), na Lei Complementar nº 140/2011 (competências ambientais), na Lei 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) e na Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal), julgue os itens **18** a **22**.

18. O Ibama é um dos órgãos seccionais do Sistema Nacional do Meio Ambiente.
19. Um empreendimento que esteja localizado em dois estados deve ter sua licença ambiental emitida pelo Ibama.
20. A situação econômica do infrator é um fator que deve ser considerado pela autoridade competente para imposição e gradação das sanções ambientais, a exemplo de multas e penas privativas de liberdade.
21. Em matéria ambiental, pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, podem ser responsabilizadas nas esferas administrativa, civil e penal.
22. Uma área de preservação permanente (APP) é uma área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

NOÇÕES DE ARQUIVOLOGIA

Ricardo Campanário

23. De acordo com o princípio da naturalidade, documentos que provém de entidades produtoras distintas não podem ser misturados em um mesmo fundo arquivístico.
24. Ao serem recebidos no protocolo, os documentos devem ser separados em oficiais ou particulares e, em seguida, os oficiais são separados em ostensivos ou sigilosos, sendo que apenas os ostensivos são abertos e lidos no protocolo.

25. Entre as atividades típicas de protocolo temos a avaliação, que consiste em definir qual o prazo de guarda de cada um dos documentos recebidos pelo protocolo.
26. Quando um documento é enviado do arquivo corrente para o permanente estamos diante do que chamamos de recolhimento.
27. Ainda em relação ao protocolo, ao se arrepender da anexação realizada, o servidor pode desanexar os documentos e fazê-los tramitar separadamente novamente.
28. Entre os métodos básicos destacam-se os métodos numéricos, geográfico, mnemônico, alfabético e ideográfico.

LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO

Ricardo Campanário

29. Os materiais podem ser classificados, quanto à sua aplicação na organização, em materiais de estoque e materiais de não estoque.
30. Consoante a metodologia da curva ABC, os materiais da classe C representam os itens mais numerosos e menos importantes, respondendo com pouca relevância ao valor global do estoque.
31. Segundo o atributo de praticidade, a classificação de materiais deve ser simples e direta, sem que sejam necessários procedimentos complexos do gestor.

- 32.** Se o consumo anual de pastas classificadoras for de 800 unidades e o estoque médio anual for de 200 pastas classificadoras, então a cobertura de estoques, sem reposição, será de 4 meses.
- 33.** Minimizar o estoque de segurança significa reduzir ao máximo a imobilização de capital, o que possibilita o surgimento de riscos de ruptura de estoque.
- 34.** O dimensionamento do estoque de segurança resume-se aos seguintes fatores: tempo médio de tramitação do processo de aquisição do material; perecibilidade do material; volume do material; e impacto financeiro na organização.
- 37.** No exercício de suas funções, o agente público do Ibama deverá pautar-se por padrões éticos tais como a legalidade, moralidade, probidade, pessoalidade, transparência e eficiência administrativa, além de clareza de posições e decoro, com vista a motivar o respeito e a confiança do público em geral.
- 38.** O agente público pode aceitar a oferta de transporte e hospedagem de empresas privadas desde que o valor não ultrapasse um limite estabelecido por norma interna do órgão.
- 39.** O servidor João, que atua como fiscal ambiental no IBAMA, recebeu um presente de grande valor de uma empresa do setor madeireiro em reconhecimento ao seu "trabalho exemplar". O presente foi entregue em seu escritório, sem possibilidade de recusa imediata. Diante dessa situação, João precisa agir conforme o Código de Conduta Ética do órgão. Caso não seja possível recusar ou devolver o presente sem ônus, João deve comunicá-lo por escrito à chefia da unidade e à Comissão de Ética, entregando-o ao setor responsável pelo patrimônio e almoxarifado.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Tiago Zanolla

Considerando a ÉTICA no serviço público, julgue os itens a seguir:

- 35.** A constituição da Comissão de Ética deve ser comunicada à Comissão de Ética Pública, com indicação de seus membros titulares e suplentes.
- 36.** Mariana é uma consultora contratada temporariamente pelo IBAMA para prestar assessoria em projetos de fiscalização ambiental. Durante uma auditoria interna, verificou-se que ela aceitou um benefício indevido de uma empresa do setor madeireiro, o que levantou dúvidas sobre a aplicação das normas de conduta ética. Diante disso, a Comissão de Ética do órgão não iniciou uma investigação para apurar sua conduta pois, para fins de apuração ética, considera-se servidor público apenas aquele que possui vínculo empregatício permanente com a Administração Pública.
- 40.** O servidor Ricardo, lotado em um órgão ambiental, foi denunciado por conduta antiética no exercício de suas funções. A Comissão de Ética do órgão instaurou um procedimento para apuração dos fatos. Após a análise, foi aplicada a penalidade de censura ética a Ricardo. Preocupado com as consequências dessa sanção, ele buscou esclarecimentos se foi informado que penalidade de censura ética não tem registro nos assentamentos funcionais do agente público, sendo apenas uma advertência verbal sem efeitos formais.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

Um modelo de gestão voltado para resultados requer a medição e o acompanhamento constante do desempenho. Acerca do tema julgue no item a seguinte.

41. Em administração, eficiência é a comparação entre o que se pretendia fazer e o que efetivamente foi feito, ou seja, quanto mais alto for o grau de realização dos objetivos, mais eficiente será a organização, ao passo que eficácia é a relação entre os resultados alcançados e os recursos que foram empregados, ou seja, quanto mais alto for o grau de produtividade ou economia na utilização dos recursos, mais eficaz será considerada a organização.

No que se refere aos conceitos de accountability, governo eletrônico, transparência e controle social, julgue os itens a seguir:

42. O termo *accountability* está associado à obrigação de prestação de contas e de responsabilização dos gestores públicos. O tipo de *accountability* que representa o controle mútuo entre os Poderes da República é denominado *accountability* horizontal.

43. Os conselhos gestores são responsáveis por estabelecer diretrizes para as políticas públicas e acompanhar a aplicação de recursos nas respectivas áreas de atuação, exercendo atividades normativas e fiscalizatórias, respectivamente.

44. No orçamento participativo, a população deve decidir a destinação de todos os recursos orçamentários, exceto aqueles que se vinculem com gastos de pessoal, saúde, segurança e educação.

45. O Governo Digital contempla a ampliação da interatividade e a participação política nos processos do Estado, bem como a facilitação de navegação e acesso a portais e serviços de governo em prol da integração, da transparência e do atendimento às demandas da sociedade.

Tratando-se de excelência nos serviços públicos, avalie o item a seguir.

46. A gestão da qualidade utiliza-se de várias técnicas voltadas a analisar e mensurar o atingimento dos padrões de qualidade, a exemplo do digrama de Ishikawa, que demonstra a distribuição de dados por categoria e a frequência da variação nos resultados do processo.

NOÇÕES DE GESTÃO PÚBLICA - AFO

Leandro Ravyelle

47. O orçamento público, na perspectiva da administração financeira, pode ser compreendido como um ato-condição, ou seja, uma autorização legislativa para arrecadação de receitas e realização de despesas dentro de um exercício financeiro.

48. A receita pública é considerada orçamentária quando ingressa nos cofres públicos e está vinculada à cobertura de despesas previstas na Lei Orçamentária Anual.

49. O descumprimento dos limites de despesa com pessoal previstos na LRF sujeita o ente federativo a sanções, incluindo a vedação de contratação de pessoal e de concessão de aumento salarial.

50. O Anexo de Metas Fiscais da LDO deve conter, entre outros itens, a avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício anterior e as projeções para os três exercícios seguintes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

A respeito dos princípios fundamentais e dos direitos fundamentais, julgue os itens abaixo.

51. O transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, desde que já possua maioridade e o pedido seja feito na via judicial.

52. Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, na forma da lei.

53. O aposentado tem direito a votar nas organizações sindicais, mas não de ser votado.

54. Todo inalistável é inelegível, mas nem todo inelegível é inalistável.

A respeito das Funções essenciais à Justiça, julgue o item abaixo.

55. Unidade, indivisibilidade e independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público e da Defensoria Pública.

A respeito da organização político-administrativa do Estado, julgue os itens abaixo.

56. A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e aos municípios a competência para legislar sobre parte específicas de suas competências privativas.

57. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, para corrigir distorções socioeconômicas, é constitucional lei estadual que cria sistema de cotas para preenchimento de vagas em universidade estadual para candidatos egressos de escolas localizadas no respectivo ente federativo.

58. É inconstitucional a lei estadual, por violar a competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho, norma estadual que concede aos celetistas o benefício de um dia de folga para realizar exames preventivos de câncer, sem prejuízo da remuneração.

A respeito do Poder Legislativo e da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária, conforme disposto na Constituição Federal e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, analise os itens abaixo.

59. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a garantia constitucional da imunidade parlamentar material somente incide no caso de as manifestações guardarem conexão com o desempenho da função legislativa ou que sejam proferidas em razão desta.

60. É possível a decretação pelo Tribunal de Contas da União de indisponibilidade de bens de particulares responsáveis pela administração de dinheiro de origem pública, se constatados indícios de ilegalidades.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

Carlos é servidor do IBAMA e ocupa um cargo efetivo. Ele foi eleito para o cargo de vereador em seu município de origem, localizado no interior do estado de Goiás. Diante disso, Carlos precisa definir como ficará sua relação funcional com o IBAMA enquanto exerce o mandato eletivo. Com base na Lei nº 8.112/1990, julgue os itens a seguir:

- 61.** Caso haja compatibilidade de horários entre suas atividades no IBAMA e no cargo de vereador, Carlos poderá continuar exercendo suas funções no órgão ambiental, recebendo a remuneração dos dois cargos.
- 62.** Se não houver compatibilidade de horários entre seu cargo no IBAMA e o mandato de vereador, Carlos será obrigado a se afastar do órgão ambiental, perdendo sua remuneração como servidor enquanto durar o mandato.
- 63.** Durante o exercício do mandato de vereador, Carlos poderá ser removido de ofício para outro estado caso haja necessidade do IBAMA, desde que isso não interfira no exercício do cargo eletivo.

Com relação a responsabilidade civil estatal, à administração pública e aos agentes públicos, julgue os itens a seguir.

- 64.** Em casos de acidentes causados por animais domésticos em rodovias concedidas, a concessionária é objetivamente responsável pelos danos ao usuário; essa responsabilidade independe de culpa.

- 65.** As empresas estatais, quando forem demitir seus empregados concursados, não precisam instaurar processo administrativo e nem são obrigadas a indicar as razões que motivaram a demissão.

Com relação aos poderes, deveres e atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 66.** O poder hierárquico permite que um superior revogue ou anule atos administrativos praticados por seus subordinados, podendo fazê-lo de ofício ou por provocação, conforme os critérios de legalidade e mérito.
- 67.** A delegação de competências é um ato irrevogável, pois transfere definitivamente a titularidade da função administrativa ao agente delegado.
- 68.** A avocação de competência consiste na retirada permanente de atribuições de um subordinado, independentemente de justificativa, sempre que o superior considerar conveniente.
- 69.** A aplicação de sanções aos servidores públicos decorre exclusivamente do poder disciplinar, não havendo qualquer relação com o poder hierárquico.

Durante uma situação de calamidade pública decretada em razão de fortes chuvas, um município contratou diretamente, por dispensa de licitação, uma empresa para realizar obras de reconstrução de pontes e estradas destruídas. A contratação foi fundamentada no art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021, e teve duração de 180 dias, prorrogáveis até o limite máximo de um ano. Após o término do prazo, a situação de calamidade persistiu e a Administração Pública avaliou a possibilidade de celebrar um novo contrato com a mesma empresa, com fundamento na mesma emergência. Com base na Lei nº 14.133/2021, julgue o item a seguir:

70. A recontração da mesma empresa é vedada em razão de se tratar da mesma situação emergencial ou calamitosa, ainda que a calamidade persista.

71. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário.

Com relação aos contratos administrativos e ao recebimento do objeto, julgue os itens a seguir.

72. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

73. Nas licitações referentes a obras, o recebimento definitivo do projeto não exime o projetista, que responde subjetivamente pelos danos causados por falha de projeto.

Marcos, ex-prefeito de um município, foi processado por improbidade administrativa devido a desvios de verbas públicas durante seu mandato. O Ministério Público ingressou com uma ação para aplicar sanções como perda da função pública e suspensão dos direitos políticos. Paralelamente, o município lesado ingressou com uma ação para reaver os valores desviados. Com base nessa situação e no disposto na Lei de Improbidade Administrativa – Lei nº 8.429/92, julgue os itens a seguir:

74. A ação de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público será considerada prescrita se ultrapassado o prazo de oito anos, a contar do fato, independentemente da gravidade da conduta do agente.

75. A ação movida pelo município para reaver os valores desviados será necessariamente prescritível, ainda que a conduta do prefeito seja considerada ato de improbidade administrativa com dolo.

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA

Stefan Fantini

Com relação ao planejamento e ferramentas estratégicas, julgue os itens a seguir.

76. O planejamento tático ocorre no nível institucional, envolve a organização como um todo e considera dimensões internas e externas à organização, como a análise da situação organizacional e a análise ambiental.

77. De acordo com Mintzberg, em sua análise de formação de estratégias, a estratégia que não foi pretendida pela empresa, mas que, por algum motivo, acaba sendo realizada, recebe o nome de estratégia emergente.

78. A matriz SWOT, ferramenta utilizada em planejamentos estratégicos, busca mapear tanto oportunidades e ameaças, as quais estão relacionadas à dimensão interna da organização, quanto forças e fraquezas, as quais estão relacionadas à dimensão externa da organização.

79. Situação Hipotética: Determinado Tribunal de Contas, ao realizar uma auditoria em uma entidade jurisdicionada, recomendou que a entidade pública adotasse medidas para elevar a eficiência de seus processos, mensurar a percepção da qualidade dos serviços públicos prestados aos usuários, aprimorar seu controle financeiro e avaliar o nível de capacitação de seus servidores.

Assertiva: Uma ferramenta gerencial adequada para atender a essas quatro recomendações apresentadas pelo Tribunal de Contas à entidade auditada é o balanced scorecard.

Com base na organização e estrutura organizacional, julgue os itens a seguir.

80. Estruturas organizacionais verticalizadas são caracterizadas pela existência de vários níveis hierárquicos na organização.

81. As principais características das organizações formais modernas são: divisão do trabalho, especialização, hierarquia, distribuição da autoridade e da responsabilidade, amplitude administrativa e excesso de rigidez.

82. A departamentalização funcional consiste em agrupar as atividades semelhantes em áreas especializadas. Uma das grandes vantagens desse tipo de departamentalização é a facilidade de coordenação interdepartamental.

Com base na Liderança, Motivação e Comunicação, julgue os itens a seguir.

83. O gestor que centraliza a tomada de decisões, define as tarefas, bem como decide quem serão os funcionários que as executarão exerce o estilo de liderança denominado liderança autocrática.

84. De acordo com Frederick Herzberg, existem dois fatores que explicam o comportamento das pessoas, são eles: os fatores higiênicos e os fatores motivacionais. Para o autor, os reajustes salariais são importantes fatores motivacionais.

85. A percepção seletiva é uma barreira à comunicação que ocorre quando o emissor manipula a informação para que ela seja vista de maneira mais favorável pelo destinatário, com o intuito de evitar conflitos.

Com base no Clima e Cultura Organizacional, julgue o item a seguir.

86. A cultura organizacional pode ser definida como um conjunto de percepções compartilhadas pelos membros da organização em relação a diversos aspectos da empresa e do ambiente de trabalho.

87. Os artefatos constituem o nível mais superficial da cultura organizacional, ao passo que os pressupostos básicos se referem ao nível mais profundo, íntimo e oculto da cultura organizacional.

Com base nos Processos de análise e tomada de decisão, julgue os itens a seguir.

88. Texto: Em determinado departamento, um estagiário recebeu um lote de material danificado. Na dúvida sobre como proceder, o estagiário decidiu recorrer às normas organizacionais e seguiu as orientações para devolução do material.

Assertiva: A situação hipotética apresenta uma decisão conhecida como decisão programada.

Com base na Gestão por Processos e Projetos, julgue os itens a seguir.

89. Os processos podem ser gerenciais, de suporte, ou finalísticos. Os processos que entregam valor diretamente aos clientes são conhecidos como processos de suporte.

90. Na gestão de projetos, o gestor deve considerar suas características típicas, como temporariedade e unicidade.

ADMINISTRAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

91. O orçamento-programa, inspirado no orçamento de base zero, exige que cada despesa seja justificada a partir do início de cada exercício, eliminando a inércia orçamentária e garantindo a vinculação direta entre dotações e programas governamentais.

92. O princípio da não afetação da receita impede a vinculação de impostos a órgãos, fundos ou despesas específicas, salvo exceções previstas na Constituição Federal, como os recursos destinados à prestação de garantia à operação de crédito por antecipação de receita orçamentária.

93. O ciclo orçamentário compreende as fases de elaboração, discussão, aprovação, execução e controle. A execução orçamentária tem início após a sanção da Lei de Diretrizes Orçamentárias pelo chefe do Executivo.

94. Os créditos adicionais terão vigência adstrita ao exercício financeiro em que forem abertos, salvo expressa disposição legal em contrário, quanto aos especiais e extraordinários.

95. A execução orçamentária e financeira dos órgãos públicos deve observar os limites fixados na programação financeira e no cronograma de desembolso, assegurando a compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos.

96. As receitas não efetivas correspondem aos ingressos que aumentam o patrimônio líquido da entidade pública, a exemplo da receita advinda da alienação de ativos e de operações de crédito.

97. A classificação programática da despesa pública estrutura os gastos em programas, ações e projetos, permitindo a vinculação entre os objetivos governamentais e a execução orçamentária.

98. Um município celebrou um contrato de prestação de serviços e realizou o empenho. No mês seguinte, o serviço foi concluído e o credor recebeu o pagamento, o que pode ter ocorrido sem necessidade da fase de liquidação.

99. A previsão de receitas é a etapa que precede a fixação do montante de despesas que irão constar nas leis de orçamento, além de ser base para se estimar as necessidades de lançamento da receita.

100. Os restos a pagar não processados, os depósitos e os débitos de tesouraria são exemplos de dívida fluante.

101. Os restos a pagar correspondem às despesas empenhadas e não pagas até o final do exercício financeiro, podendo ser classificados como processados e não processados. Além disso, os restos a pagar não processados podem ser divididos em “a liquidar” e “em liquidação”.

102. O suprimento de fundos é caracterizado por ser um adiantamento de valores a um servidor para futura prestação de contas. Esse adiantamento constitui despesa extraorçamentária, razão por que não é necessário haver os estágios de empenho, liquidação e pagamento.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, julgue as assertivas 103 a 105.

103. A Receita Corrente Líquida corresponde à soma das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais e de operações de crédito, excluídas as transferências constitucionais.

104. A adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União é uma forma de assegurar a transparência orçamentária.

105. O Relatório de Gestão Fiscal deve ser publicado ao final de cada quadrimestre e conter informações sobre despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

106. A Lei n. 4.320/64 estabelece que as despesas são reconhecidas quando há impacto no caixa, momento em que as despesas são pagas.

107. O Município Audazes dos Pampas adquiriu bens móveis e recebeu a nota fiscal ao final de novembro de 20X1, sem tempo hábil para a liquidação até o final do exercício financeiro. Nesse caso, o município deverá realizar a apropriação da variação patrimonial diminutiva antes da liquidação, além de efetuar a inscrição dessa despesa orçamentária em restos a pagar não processados.

108. As entidades podem obter ativos por intermédio da sua compra em transação com contraprestação, bem como pelo seu desenvolvimento. Os ativos também podem surgir de transações sem contraprestação.

109. Os registros das transações do setor público, desde que estimáveis tecnicamente, devem ser efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência.

110. Os impostos pagos pelos contribuintes são exemplos de transação com contraprestação, pois o ente público fornece uma variedade de serviços públicos aos contribuintes em retribuição ao pagamento dos tributos.

111. Apesar do uso de estimativas ser uma parte essencial da elaboração das demonstrações contábeis, essas estimativas podem prejudicar a confiabilidade das informações contábeis.

112. Na metodologia para estruturação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) as contas contábeis foram segregadas em naturezas de informação: orçamentárias, financeiras, patrimoniais e de controle.

113. No âmbito do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), os totais lançados a débito e a crédito em contas de natureza de controle sempre devem apresentar valores iguais.

114. O Município Audazes dos Pampas contabilizou, no encerramento do seu primeiro exercício financeiro, as seguintes transações:

- lançamento de impostos no valor de R\$ 2.000.000,00 com arrecadação de 80% do valor lançado;
- previsão e fixação da receita e despesa orçamentária no valor de R\$ 4.000.000,00;
- recebimento, em doação, de 6 ambulâncias para SAMU, no valor de R\$ 400.000,00;
- empenho, liquidação e pagamento de folha de pagamento de pessoal no valor de R\$ 1.300.000,00;
- empenho e liquidação de serviços de manutenção de edifícios públicos, no valor de R\$ 500.000,00, totalmente inscritos em restos a pagar;
- recebimento de depósito caução no valor de R\$ 600.000,00.

Considerando-se exclusivamente as informações acima, pode-se afirmar que o balanço financeiro apresentou um resultado financeiro superavitário no valor de R\$ 900.000,00.

115. No quadro principal do balanço patrimonial tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. Esse quadro é elaborado utilizando-se a classe 1 e a classe 2 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, sendo as contas apresentadas em níveis analíticos, a fim

de subsidiar as análises dos usuários das informações contábeis.

GESTÃO DE PESSOAS

Douglas Schneider

Considerando o contexto do Programa de Gestão do Desempenho (PGD) e o teletrabalho na Administração Pública Federal, julgue os itens a seguir.

116. O Programa de Gestão do Desempenho é um indutor de melhoria de desempenho institucional no serviço público, com foco na vinculação entre o trabalho dos participantes, as entregas das unidades e as estratégias organizacionais.

117. Time volante é o grupo de representantes de órgãos e entidades da administração pública federal junto ao Comitê Executivo do PGD (CPGD).

Em relação à liderança, ao gerenciamento de conflitos e à motivação humana no trabalho, julgue os itens a seguir.

118. A liderança está associada apenas à motivação dos colaboradores, sendo um fator secundário na definição da estratégia organizacional e na tomada de decisões institucionais.

119. A motivação do indivíduo é um fator intrínseco, sendo pouco influenciada pelo ambiente organizacional e pelas ações da chefia, que podem apenas oferecer estímulos sem impacto direto na motivação dos colaboradores.

120. A gestão de conflitos pode envolver diferentes estratégias, incluindo a evitação de interações desgastantes com pessoas inflexíveis quando a negociação não for produtiva.

Discursiva

Redija uma questão dissertativa sobre as modalidades de licitação apresentadas na Lei 14.133/2021. No seu texto, responda:

- a) Quais as modalidades de licitações apresentadas na referida lei?
- b) Qual a modalidade que não existia na lei anterior? Apresente seu conceito, hipóteses em que é aplicável e as suas etapas.

Resposta em até 30 linhas.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
